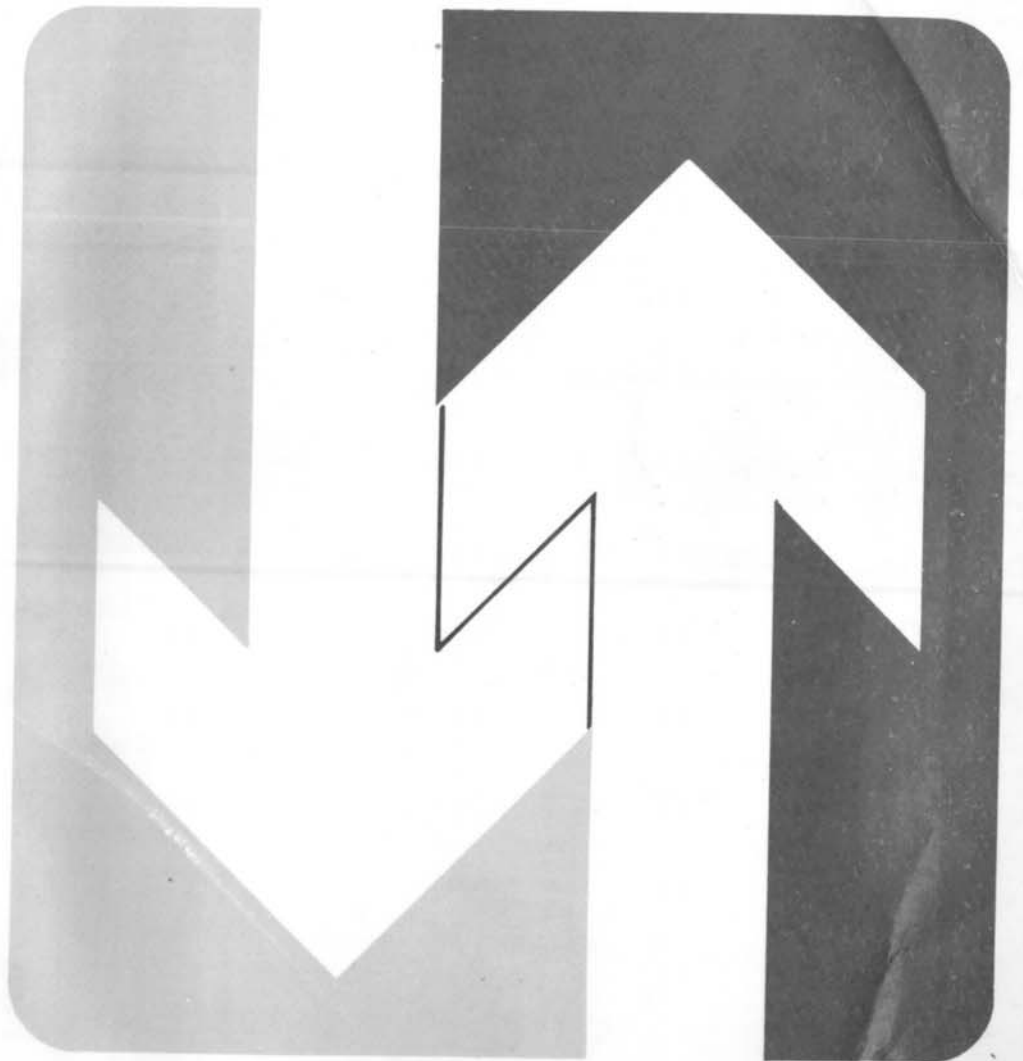


ANAIIS



3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

*A ELABORAÇÃO DE UM GUIA PRELIMINAR DE
FONTES PARA A HISTÓRIA DO BRASIL
“DOCUMENTO DE ESTUDO”*

Darcy Damasceno

A urgente necessidade de se fazer um levantamento sistemático dos arquivos brasileiros, de forma a colocar os respectivos acervos ao alcance do pesquisador e do estudioso em geral, tem sido reiteradamente proclamada nos encontros de professores, técnicos, historiadores, cientistas sociais e eruditos. Em apelos periódicos e repetidas advertências, tem-se chamado a atenção das classes responsáveis para o estado precário dos depósitos arquivísticos, para as deficiências de instalações, a carência de recursos humanos, as limitações de verbas, etc. Todos sabemos o atraso em que, a esse respeito, nos encontramos em relação a outros países da América, inclusive. O próprio Arquivo Nacional não dispõe de um instrumento moderno que oriente quanto a sua natureza, seus fundos e coleções, malgrado a nova mentalidade que ali se desenvolveu a partir da reforma José Honório Rodrigues, “tão intensa e sistematicamente preparada”, que seus efeitos transcenderam o âmbito daquela instituição. Por outro lado, a dispersão dos documentos por órgãos precariamente aparelhados encontram paralelo na multiplicação repentina de centros coletores, alguns deles bem estranhos, por sua natureza, à assunção de semelhantes encargos. O fenômeno repete, de certo modo, o que se deu na área museológica: proliferaram os depósitos e empobreceu o patrimônio, pois a dispersão resultou de um processo atomizador.

Por tais razões, apelos e advertências devem continuar a levantar-se; a atenção de governantes e administradores deve ser insistentemente solicitada para a premência de medidas de amparo, ou, quem sabe, de salvação; mas, paralelamente, torna-se preciso que quantos vivam a realidade dos centros arquivísticos, amargando suas deficiências, reajam ao desalento e encontrem na própria atividade funcional motivos e estímulos para um trabalho de natureza realística. Convém que o trabalho do arquivologista passe da simples conceituação burocrática e se vivifique pela iniciativa pessoal, pela curiosidade no trato com os documentos e pela argúcia na visão do conjunto — o que não contraria a aconselhável sistemática do trabalho. A quantos estejam ligados ao trato documental, sugerimos uma ocupação gratificante, porque alternativa com a rotina: a indagação constante, a aproximação especulativa, o tratamento crítico dos documentos. A feitura, a par de arranjos e listagens, de descrições conteudísticas, por exemplo, indo-se dos maços e das séries a grandezas maiores, como os fundos e grandes coleções, é atividade a que se deveria dedicar normalmente toda pessoa que, a partir de certo plano intelectual, estivesse comprometida com o labor de arquivos. Dessas pequenas contribuições formam-se as descrições mais amplas, que, dispostas segundo um plano criteriosamente elaborado, resultam nos guias de acervos, de

instituições ou de um sistema de instituições, em plano local, ou, mais extensamente, em plano de região ou de país.

A elaboração de um guia de instituições arquivísticas surge assim como resultado da aplicação coletiva, num trabalho que se desdobra em vários níveis: o da execução individual, o da articulação das partes, o da homogeneização de tratamento. Na base de tudo, entretanto, a descrição de conteúdos. Descrição breve, sucinta, que poderá – mas não necessariamente – desdobrar-se, e que servirá, nos termos de sua estrita economia, à posterior feitura de catálogos. Estes – instrumentos de trabalho que são – devem aspirar ao estágio final de texto impresso, o que possibilitará, já fora do âmbito arquivístico, a seleção de documentos com intuito editorial.

Como que encontrando-se os dois extremos – listagem e transcrição – quase pela mesma época, Charles Boxer, por um lado, insistia na necessidade de se ter uma boa soma de documentos publicados antes de se poder escrever a história do império colonial português, e, por outro lado, Virgínia Rau, argumentando com o ensino da paleografia e diplomática ministrado nas faculdades de letras de Portugal e com o treinamento especializado fornecido pela Direção de Bibliotecas, Ciência e Arquivos, em Coimbra, esperava viesse Portugal a ter, em anos próximos, satisfatório recrutamento de pessoal técnico, a par de maior desenvolvimento dos estudos históricos. E é a própria Virgínia Rau quem nos dará, em termos de descrição arquivística, um dos trabalhos modelares pela objetividade e justa medida no tratamento da matéria, com a comunicação apresentada ao I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros (Washington, 1950), em que focalizava exclusivamente os arquivos de Lisboa. O trabalho viria a preencher uma finalidade também exemplificadora com a retomada do assunto por Caio César Boschi, em extenso artigo na *Revista de História*: “O Brasil nos arquivos e bibliotecas de Portugal”.

A listagem, com breve sumário, de documentos de interesse para o Brasil, tem sido valiosa colaboração de professores e arquivistas portugueses para o conhecimento de novas fontes primárias de nossa história em Portugal. D. Luísa da Fonseca e a própria Virgínia Rau são os casos talvez de maior operosidade, exceção feita a levantamentos do porte do de Castro e Almeida ou do comemorativo do IV Centenário da fundação de São Paulo. Uma, com o exaustivo levantamento de fontes de interesse para a Bahia, no século XVIII; outra, com as mil e tantas páginas em que extratou o arquivo da Casa de Cadaval, sumariando quanto se referia ao Brasil. Tal referência, que poderia parecer insólita, à vista da quantidade de levantamentos de fontes que se têm realizado, quer no país, quer no estrangeiro, desde o século passado, tem sua razão de ser na exemplaridade: tanto a arquivista quanto a mestra universitária assumiram a consciência de um trabalho comum, de que deve tocar a cada qual, sem exceção, uma parcela.

De três décadas para cá, tem-se insistido na necessidade de conscientização do problema arquivístico entre nós. Os colóquios internacionais, os congressos de história, os encontros e seminários reservam obrigatoriamente espaço à apresentação de novos instrumentos de pesquisa, ao levantamento de fontes e às proposições motivadas pela matéria documental ainda virgem.

Historiógrafos e pensadores da História, como José Honório Rodrigues, para ficarmos num dos grandes exemplos, obstinam-se na proclamação da necessidade de se trazer ao conhecimento de quantos trabalhem a matéria histórica os depósitos arquivais do país. Conseqüência desse comportamento intelectual é a sensibilização para o problema, já constatável entre os estudantes universitários — os da área das ciências sociais, particularmente. Uma colaboração necessária entre arquivo e universidade pode-se perceber a partir daí, encontrando-se sua efetivação no centro das intenções do Grupo de Documentação em Ciências Sociais ao promover, através de seu Subgrupo de Guia de Fontes Primárias da História do Brasil, este Seminário.

Na própria designação, revela o Subgrupo de Guia de Fontes Primárias da História do Brasil seu objetivo primordial, que consiste em implantar no país uma atividade sistemática de levantamento arquivístico; estimular a elaboração de descrições e catálogos de fundos documentais, e incentivar a divulgação de tais instrumentos. Paralelamente, objetiva-se motivar autoridades e conscientizar quadros administrativos: as primeiras, para a necessidade de preservação de nosso acervo manuscrito; os últimos, para a conveniência de modernização de métodos e técnicas aplicados aos centros de documentação primária. Torna-se urgente o alargamento de uma nova mentalidade em relação a tais centros, de forma a predispor-los a melhor rendimento quer quanto ao cuidado do acervo, quer quanto a mecanismos de assistência ao usuário, conforme ficou expresso na consulta prévia encaminhada à Finep, com vistas à obtenção de financiamento para projetos do Subgrupo. Como se tem visto e se verá ainda durante este Seminário, a principal finalidade do Subgrupo de Guia de Fontes depende muito estreitamente da utilização de pessoal técnico realmente habilitado. Articulam-se portanto dois tópicos: formação de pessoal/elaboração de instrumentos de pesquisa.

Nos encontros internacionais, tem sido continuamente frisada a necessidade de que se multipliquem as fontes de informação arquivística — mais urgentes, como já vimos, sob a forma de descrição de fundos, do que sob a de transcrição de documentos. Ainda há pouco, o Seminário Multinacional sobre Planificação e Reorganização de Arquivos Nacionais (Lima, 1973) fazia, entre outras, as seguintes recomendações:

- a) realização do censo de todos os arquivos públicos e privados de cada país, civis, eclesiásticos e militares, de propriedade quer de pessoas jurídicas, quer de naturais;
- b) elaboração de um plano geral de publicações técnicas e/ou de disciplinas afins, de natureza didática (manuais, coletâneas de artigos, etc.);
- c) insistência na necessidade de que cada arquivo elabore guias, inventários e índices de suas coleções; e
- d) estudo da viabilidade de publicação de guias e catálogos dos fundos documentais.

Com liberdade de realização ditada por circunstâncias de várias ordens, poderíamos apontar, apenas a título de exemplo, algumas iniciativas, nacionais ou estrangeiras, anteriores ou posteriores, coincidentes com tais recomendações: a obra de Roscoe Hill sobre a situação dos arquivos públicos da América Latina; os manuais de trabalho traduzidos e publicados pelo

Arquivo Nacional sob a administração de José Honório Rodrigues; a publicação de guias de fontes históricas da América Latina em arquivos europeus; os trabalhos estimulados e publicados pelo Instituto Pan-americano de Geografia e História, etc.

Um Projeto de levantamento de fontes primárias compreenderia, pois, a curto prazo, a organização e divulgação de um *Guia preliminar*, abrangendo: a) relação de instituições arquivísticas do país; b) descrição dos instrumentos de pesquisa de uso interno em cada arquivo (fichários, listas, inventários, índices, catálogos, etc.); c) levantamento dos instrumentos de pesquisa impressos, nacionais ou estrangeiros, que se encontram em livros, revistas, publicações oficiais, atas de congressos, colóquios, seminários, etc. Sendo o problema de preparação de pessoal assunto de outra sessão deste Seminário, cabe-nos apresentar aqui este informe, em que se tenta esquematizar a viabilidade de verificação do estado atual de nossos depósitos arquivísticos e de consolidação de material impresso relativo a esses depósitos e aos respectivos acervos. Experiências estrangeiras poderão ser de grande ajuda neste empreendimento, consideradas, naturalmente, as peculiaridades de cada lugar. Assim, não se poderá deixar de ter sob os olhos os guias de fontes para a história da América Latina, que se publicam sob os auspícios da UNESCO e do Conselho Internacional de Arquivos, de que o levantamento referente às fontes existentes na Escandinávia é modelar pela concisão; a série de *misiones en archivos europeos*, do Instituto Pan-americano de Geografia e História, ou a obra monumental de Lino Gómez Canedo. *Los Archivos de la Historia de América. Período Colonial Español*. (2 vols., 1961). Fundamental será também o exame de recente modelo argentino, cuja aplicação, ainda em curso, resultou de necessidades semelhantes às nossas: trata-se da *Guía para Investigaciones Históricas en la Argentina*, obra de programação coletiva e dirigida por Rolando Ariel Pérez.

1) SITUACIÓN DOS ARQUIVOS. O Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDSCS), através de seu Subgrupo de Guia de Fontes da História do Brasil, promoverá o levantamento de instituições arquivísticas do país, oficiais, ou de utilidade pública, inicialmente, e particulares, num segundo momento, para tanto valendo-se de trabalhos similares anteriormente começados por instituições oficiais, órgãos de vinculação universitária ou pessoas físicas, de forma que se somem esforços e se centralizem resultados já obtidos. Um questionário será distribuído pelas instituições arroladas, a fim de que se recolham os dados de interesse para a elaboração do guia preliminar de fontes históricas, como sejam: localização, regime de atendimento (horário e limitações ao uso), breve histórico da instituição, relação de coleções documentais existentes e sua organização, instrumentos de trabalho (catálogos, índices, etc.), bibliografia de cada instituição e dos respectivos fundos. Para tanto, poderá o Subgrupo valer-se do contacto direto, ou da designação de pessoas ou órgãos universitários que assumam em plano local ou regional o encargo de tal levantamento. Iniciativas individuais, como a do falecido Professor Guy de Holanda, deverão ser objeto de consideração, e levantamentos dessa natureza já realizados pelo Arquivo Nacional deverão ser retomados e atualizados. À base das informações recolhidas, elaborará o

Subgrupo guias sumários de instituições arquivísticas, que se divulgarão mediante processos de impressão ou reprodução que melhor pareçam. Esses guias preliminares poderão relacionar-se com arquivos de uma mesma localidade. O Subgrupo organizará uma bibliografia sumária a respeito de guias arquivísticos, nacionais e estrangeiros, que possam servir como exemplo das possibilidades de trabalho em diferentes níveis, fazendo-a chegar aos centros documentais arrolados, para que se atualizem, quando necessário, as informações sobre modelos e métodos de trabalho.

II) INSTRUMENTOS DE PESQUISA. O Subgrupo de Guia de Fontes Primárias da História do Brasil promoverá o levantamento de material impresso relativo a fontes arquivais, em livros, folhetos, publicações periódicas, do país e do estrangeiro, de modo a se constituir um corpo de referência de fontes útil ao pesquisador na área da história. Como na verificação do estado de nossos arquivos, também aqui se procurará a colaboração de quantos órgãos estejam ligados ao assunto, como bibliotecas públicas ou universitárias, institutos históricos, centros de documentação de setores universitários, etc., de modo que a colheita de informações seja a mais ampla possível e admita constante enriquecimento. O Subgrupo, mediante acordo, se valerá de levantamentos similares iniciados por instituições oficiais ou setores universitários, de modo a se evitar a dispersão de esforços, podendo ainda, aqui também, atribuir a pessoas ou entidades o levantamento zonal da bibliografia de fontes, que se divulgará a partir de critérios a serem oportunamente estabelecidos.

Iniciativas tomadas por alguns órgãos da área universitária e já coroadas de êxito deverão ser consideradas na execução do que se propõe o Subgrupo de Guia de Fontes Primárias da História do Brasil: os levantamentos realizados pelo Departamento de História da Universidade do Paraná, quanto a arquivos estaduais; o recolhimento de catálogos e inventários de arquivos nacionais e estrangeiros pelo Setor de Documentação do Departamento de História da Universidade de São Paulo; a criação do Centro de Pesquisa de História do Museu Imperial em convênio com a Universidade Católica de Petrópolis e outras instituições locais, são alguns exemplos da imprescindível participação do corpo universitário na formação de nova mentalidade com referência a nossas fontes documentais. Esperamos que tal participação se torne cada vez mais intensa e se generalize, já que motivos de vária ordem estão transferindo para os Departamentos de História das universidades brasileiras grande parte da responsabilidade da recuperação de nossas fontes primárias. Juntando-se a esse esforço e participando dessa responsabilidade, a Biblioteca Nacional, por sua seção de manuscritos, se oferece como campo de trabalho para um projeto piloto de *guia preliminar*, que seria favorecido, na instituição, pela riqueza de seu acervo bibliográfico, pela preciosidade de seu fundo arquivístico e pela circunstância de dispor, quanto a suas coleções manuscritas, de instrumentos de controle raramente encontrados no país.